

A CRISE DA EAESP

Luiz Carlos Bresser-Pereira

E-mail enviado a Maria Rita Loureiro em
22.3.2006.

Maria Rita

Eu lhe havia prometido estar presente à reunião da Congregação de amanhã. Minha viagem para Nova York, para participar da reunião anual da Comissão de Especialistas em Administração Pública estava marcada para o dia 24 pela Varig, mas a empresa cancelou o vôo e não foi possível marcar outro vôo senão no dia 23. Não quero, entretanto, me omitir, e, por isso, resolvi dizer-lhe por escrito qual a minha opinião sobre a crise, e colocar este e-mail no meu website, nas seções de cartas e da FGV, de forma que se torne pública.

A EAESP está enfrentando uma crise causada pela demissão, primeiro, de 16 professores, e, depois, do prof. Michael Zeitlin, e pela maneira lamentável pela qual a atual diretoria da Escola conduziu essas demissões. Essa crise tem uma origem antiga. Está no afrouxamento paulatino dos padrões administrativos e acadêmicos da EAESP, que, dessa forma, voltou a copiar os padrões das universidades públicas estatais brasileiras, despreocupadas com custos e sem capacidade de desligar professores com baixo desempenho. Depois da crise de 1981 nós fomos capazes de reorganizar nossa escola de forma muito mais competente, mas nos últimos dez anos houve um visível amolecimento de padrões. Diante da competição cada vez maior de outras escolas, revelamo-nos pouco dispostos a realizar as reformas e os ajustes necessários.

A presidência da FGV, renovada, deu-se conta desse fato, e exigiu, há dois anos, que a então nova diretoria tomasse as providências necessárias, que incluíam a demissão de professores de carreira e a mudança no sistema de governança da Escola. Estava a meu ver correta a presidência. A diretoria, entretanto, atrasou-se no processo, nada logrou em relação à

governança, e afinal demitiu 16 professores de forma atabalhoada, sem usar critérios claros, baseados nos mecanismos de avaliação já existentes (Documento Único, avaliação dos alunos, e avaliação dos chefes de departamento). Na Escola nós, professores, sempre nos dissemos que era fundamental para ela poder demitir professores de carreira, mas é claro que de acordo com critérios. O fato, portanto, fez-me perder a confiança na diretoria.

Nestas primeiras demissões, porém, sempre é possível afirmar que o critério foi administrativo – foi o interesse na redução de custos e na qualidade do ensino e da pesquisa que orientou a decisão. Dada a falta de critérios objetivos, está claro que a decisão não foi bem tomada, mas a acredito legítima – válida do ponto de vista administrativo. Há naturalmente a discussão da validade regimental, que eu não sou competente para discutir do ponto de vista jurídico. Do ponto de vista administrativo, porém, eu acredito que não faz sentido submeter à Congregação desligamento de professores a não ser que seja por justa causa. Demissões normais devem ser feitas de acordo com critérios adotados pela direção da Escola, ouvidos os chefes de departamento.

Mais amplamente, eu não acredito que se possam administrar de forma eficiente organizações, inclusive organizações de ensino superior, adotando-se um modelo de organização e gestão ‘democrático’. Não é isto o que ensinamos a nossos alunos. Usa-se o modelo democrático para dirigir o país, não organizações. Nestas, e particularmente nas organizações de ensino e pesquisa, como a nossa, porém, é essencial garantir os direitos civis, a liberdade de expressão, e a liberdade acadêmica. A direção da FGV no Rio de Janeiro tem insistentemente reafirmado seu respeito à liberdade acadêmica, e nas 16 demissões, não havia sinal de desrespeito a elas. Entretanto, quando a diretoria decidiu, alguns dias depois das primeiras demissões, demitir também o professor Michael Zeitlin, houve, da sua parte, claro desrespeito a essa liberdade de expressão do notável professor e homem público. A demissão ocorreu no dia em que ele fez uma declaração a um jornal mostrando seu desacordo com as primeiras demissões. Ao decidir assim a diretoria cometeu grave erro.

Nesta crise, é evidente que não podemos manter nossa confiança em uma diretoria que vem se portando tão mal. É essencial, porém, que compreendamos e apoiemos a vontade da mantenedora de, ao mesmo tempo, reduzir custos e elevar o nível do ensino e da pesquisa na

Escola. Esses dois objetivos não são incompatíveis para instituições públicas mas não estatais como a nossa, que precisam equilibrar seus orçamentos e sabem que devem competir por excelência. Devemos, portanto, administrar esta crise para que ela seja antes uma forma de nós revermos a governança da Escola e a forma pela qual são avaliados e mantidos ou desligados os professores.

Em relação à governança, sou contrário ao sistema de eleição em lista tríplice de diretores – um sistema que também copiamos da universidade estatal pública brasileira. Meu entendimento é o de que a melhor forma de escolher um diretor é a direção da FGV nomear um Comitê de Busca, formado por três pessoas de reconhecida competência, para que façam uma busca dentro e fora da Escola de candidatos ao cargo com experiência na administração de instituições de ensino superior. Esse comitê apresenta o resultado de sua busca, e a direção da FGV escolhe entre os indicados aquele que julgar mais adequado ao cargo. Esse sistema eu consegui implantar com êxito no governo federal, quando fui Ministro da Ciência e da Tecnologia, e se tratava de nomear o diretor do INPA – o grande Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, sediado em Manaus. O diretor assim escolhido deverá, naturalmente, dirigir a Escola seguindo seu regimento, com sua Congregação e seu Conselho Departamental, mas terá sua autoridade derivada do Conselho Diretor da FGV, e não da nossa representação. O diretor de uma organização só pode ser efetivo e eficiente se, respeitados os regulamentos e os direitos, tiver autonomia em relação a quem dirige.

Cara Maria Rita, sei que as posições que coloquei aqui não são as mais populares entre meus colegas da Escola, mas é o que penso. Seria melhor adotar uma posição mais ‘democrática’, mas não acredito em democracia na administração de organizações que precisam ser eficientes para competir e sobreviver. Acredito, sim, em direitos, em direitos civis, na liberdade. Mas esta, exceto no caso do Michael, não foi posta em risco.

Um abraço do Luiz Carlos.